

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Província de Paris Class.: 000

Data: 06/03/85 Pg.:

Grupo de Trabalho pode confirmar a área total da reserva dos Tembê

G.S. 85. P.100

Apesar do acordo firmado entre a Funai, através de seu presidente Nelson Marabuto Domingues, e as empresas da Gleba Cidapar, pelo qual a Funai desiste das ações contra as empresas junto ao Tribunal Federal de Recursos e se contenta com uma área de 11 mil hectares (de uma reserva demarcada com 278 mil hectares), à disposição do Grupo de Trabalho nomeado pela Funai é de confirmar a área total da reserva, conforme o decreto de Magalhães Barata, em 1945, uma vez que não parece haver nenhuma dúvida quanto aos direitos dos índios Tembê.

A antropóloga Jane Beltrão, da Ufpa., que faz parte do Grupo de Trabalho, afirmou ontem que só tomou conhecimento do acordo no dia 23 de fevereiro passado, quando se inteirou do teor da portaria da Funai que nomeava o GT. No final da portaria, consta que as despesas oriundas do trabalho de confirmação da reserva correriam por conta do acordo entre a Funai e as empresas, sendo que as últimas se encarregariam do pagamento das despesas. Segundo Jane Beltrão, a própria Portaria da Funai estabelece um prazo impossível para a realização de um trabalho profundo que determine com precisão a verdadeira situação da reserva Alto Rio Guamá. Pela Portaria, o grupo teria apenas 45 dias para fazer o levantamento, ao final dos quais deveria entregar seu relatório à Funai.

"Não se pode fazer um trabalho como este em 45 dias. Antes de fazermos o levantamento de campo, temos que fazer o levantamento histórico da área, o que implica em consultas aos arquivos públicos, aos tribunais onde existem processos sobre a área, à Legislação, e aos documentos anteriores a 1945, para que se possa ter um conhecimento prévio da questão, e só então se tem condições de ir ao campo. No campo, teremos que visitar duas áreas distintas dentro da reserva, que são o Posto Indígena Camindé e o Posto Indígena Alto Rio Guamá, fazendo um censo populacional, levantando o quadro de parentesco, com a ascendência e descendência dos índios de cada aldeia, um trabalho que só antropólogo pode fazer, e depois percorrer toda a reserva, pesquisando as aldeias históricas porventura existentes, as aldeias atuais, os cemitérios, estabelecendo os locais de caça e de pesca, a área de perambulação, e, no caso Tembê, saber qual a proposta dos índios, além de fazer um levantamento do número de posseiros que existem dentro da reserva, o tempo de posse de cada um, e ainda pesquisar a atuação da Funai na área. Isto não pode ser feito em 45 dias", afirma Jane Beltrão.



O tempo para o levantamento do problema é reduzido, segundo a antropóloga Jane Beltrão

Diante disso, e diante do acidente que vitimou os integrantes do Grupo de Trabalho que foram à área na semana passada, o grupo decidiu apresentar novo plano de trabalho à Funai: "A portaria da Funai não dá tempo suficiente para a execução dos trabalhos. E os trabalhos foram interrompidos por falta de condições físicas e emocionais das pessoas que sofreram o acidente de avião". Após o acidente, o grupo passou três dias isolado na aldeia dos Urubu-Kaapor, no Maranhão, sem nenhum socorro, seja por parte da Funai, seja por parte da empresa de táxi aéreo que fazia o transporte, ao

que a antropóloga observa que "já que estamos trabalhando em função deste acordo, a assistência aos acidentados deveria corresponder ao volume de dinheiro empregado neste acordo, o que não houve". E de se notar ainda que os integrantes do Grupo de Trabalho não estão recebendo nada para fazer esse levantamento, estão simplesmente cedidos à Funai pelos organismos onde trabalham, e mesmo, assim não mereceram a menor atenção após o acidente, que foi bastante grave, com sérias consequências para dois dos dirigentes.

Assim, de acordo com o plano de trabalho que

a antropóloga Virginia Valadão levou à Funai em Brasília, o relatório final do grupo só será apresentado após a conclusão de todas as áreas, desde que a Funai dê condições de trabalho satisfatórias, uma vez que, como não são funcionários da Funai, os membros do Grupo de Trabalho não têm nenhuma garantia.

Sobre a destinação do relatório final, Jane Beltrão expressou sua esperança de que a Funai endosse a proposta do Grupo de Trabalho. A área, já se pode comprovar, está realmente demarcada, segundo levantamento topográfico feito pela própria Funai. Assim, diz Jane, "vamos fazer o relatório, confirmando a área, e exigir que a Funai devolva a reserva já demarcada aos Tembê. Se a Funai vai endossar a proposta do Grupo de Trabalho, isso não se sabe, mas para nós é importante este trabalho, porque teremos condições de com esse trabalho demonstrar quem tem razão, e esperamos que após isso a Funai tome as iniciativas legais cabíveis para restituir a área aos índios. Não há dúvidas quanto à demarcação, a Reserva Indígena Alto Rio Guamá é uma das poucas já estabelecidas. Absurdo é termos que provar novamente tudo isso".

O problema na reserva dos Tembê é a efetiva ocupação de grande parte da área por posseiros. Para Jane Beltrão, os posseiros devem ser retirados da área: "Não dá para querer fazer reforma agrária em terras indígenas. Temos que considerar que os índios já cederam todas as terras para fazer reforma agrária neste País". Mas a questão não pode ficar simplesmente na retirada dos posseiros: "Os posseiros não podem ser simplesmente retirados, devem ser reassentados em outra área. Antes de retirar os posseiros de dentro da reserva, a Funai tem que ter garantidas as terras para eles".

Não é esta a primeira vez que antropólogos e indigenistas brasileiros se dispõem a levantar áreas indígenas para demarcação, e até hoje as terras indígenas continuam a sofrer todos os tipos de invasão, as reservas são alteradas para a construção de estradas e outras finalidades de interesse da Segurança Nacional". Para Jane Beltrão, o fato do governo brasileiro não respeitar as áreas indígenas não deve ser motivo para desistir das demarcações: "Acho que a gente tem que continuar a demarcar as reservas, mas temos que tentar encontrar um meio do órgão tutelar zelar de fato pelo patrimônio indígena. Só vão eliminar os conflitos nas áreas indígenas garantindo as terras indígenas, nunca cedendo parte destas terras".